



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS (FAGEN)

MATHEUS FIDELIS BARNER

**AS FACES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO QUALIFICADO SOB A
NOVA ORDEM DO CAPITAL: O CASO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ENTRE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015 E PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020**

UBERLÂNDIA-MG

2021

MATHEUS FIDELIS BARNER

**AS FACES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO QUALIFICADO SOB A
NOVA ORDEM DO CAPITAL: O CASO DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
ENTRE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015 E O PRIMEIRO SEMESTRE DE
2020**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
na FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
(FAGEN) da Universidade Federal de
Uberlândia, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Administrador.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Santana
Previtali.

UBERLÂNDIA-MG

2021

RESUMO

O projeto de pesquisa “As faces da precarização do trabalho qualificado sob a nova ordem do capital: o caso dos estudantes dos cursos de administração da Universidade Federal de Uberlândia entre o segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2020” foi desenvolvido na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O trabalho resulta da pesquisa de iniciação científica, com vigência de 01/08/2019 à 31/07/2020, no âmbito das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTEs/UFU) sob a coordenação da Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali. O objetivo foi verificar o perfil e analisar os motivos que levaram os estudantes a buscarem o ensino superior e o curso de Administração. A hipótese da pesquisa é que esses estudantes visam uma melhor colocação no mercado de trabalho. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa com ingressos e egressos do curso de Administração Integral, Noturno e Administração Pública, oferecidos pela Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), da UFU, por ser uma instituição pública de referência no triângulo mineiro.

Palavras-chave: Precarização. Trabalho qualificado. Acumulação flexível

ABSTRACT

The research project "The faces of the precariousness of qualified work under the new order of capital: the case of students from the administration courses at the Federal University of Uberlândia between the second semester of 2015 and the first semester of 2020" was developed at the Federal University of Uberlândia (UFU). The work results from scientific initiation research, valid from 08/01/2019 to 07/31/2020, within the scope of research carried out in the Work, Education and Society Research Group (GPTES/UFU) under the coordination of Profa. Dr. Fabiane Santana Previtali. The objective was to verify the profile and analyze the reasons that led students to seek higher education and the Administration course. The research hypothesis is that these students aim for a better placement in the labor market. Therefore, a qualitative and quantitative research was carried out with admissions and graduates from the course of Integral Administration, Night and Public Administration, offered by the Faculty of Management and Business (FAGEN), at UFU, as it is a public institution of reference in the Minas Gerais triangle.

Keywords: Precariousness. Skilled work. Flexible accumulation

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS	11
1.1.1 Objetivos gerais	11
1.1.2 Objetivos específicos	11
2 DESENVOLVIMENTO	13
2.1 Trabalho, mercadoria e as formas de controle exercidas pelo capital	13
2.2 Reestruturação produtiva e regime de acumulação flexível	17
2.3 O processo de acumulação flexível no Brasil	22
3 METODOLOGIA	26
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	39
7.1 Questionário apresentado aos ingressos e egressos dos cursos de Administração e Administração Pública da UFU, envolvendo questões abertas e fechadas.	39

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Número de trabalhadores nos Estados Unidos na indústria: 1990-2010.**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 2 : Porcentagem de Trabalhadores Sindicalizados nos Estados Unidos: 2000-2012.

Gráfico 3: Evolução da Taxa de Desemprego.

Gráfico 4: Crescimento da Informalidade.

Gráfico 5: Sexo dos participantes.

Gráfico 6: Idade dos participantes.

Gráfico 7: Cor/Etnia

Gráfico 8: Concluintes do ensino fundamental.

Gráfico 9: Concluintes do ensino médio.

Gráfico 10: Porcentagem de pessoas que cursaram e estão cursando o ensino superior.

Gráfico 11: Porcentagem de pessoas em cada curso de Administração oferecido pela FAGEN.

Gráfico 12: Expectativa com a formação acadêmica.

Gráfico 13: Trabalho na área de formação.

Gráfico 14: Tipo de trabalho desenvolvido.

Gráfico 15: Quantidades de empregos.

Gráfico 16: Introdução da informatização no trabalho.

Lista de Símbolos

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

FAGEN - Faculdade de Gestão e Negócios

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

PROUNI - Programa Universidade para Todos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EBAP - Escola Brasileira de Administração Pública

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

1 INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento vêm sofrendo profundas transformações. Observa-se um intenso processo de reestruturação produtiva do capital através da integração dos mercados financeiros, fundamentada, por sua vez, no novo ideário político neoliberal de livre comércio e de uma menor presença do Estado como poder regulador das relações entre capital e trabalho. Cada vez mais as empresas beneficiam-se do quadro neoliberal para reorganizar as modalidades de sua internacionalização e para modificar suas relações com a classe trabalhadora via intensificação dos processos de flexibilização envolvendo práticas como a da terceirização, da subcontratação, do trabalho temporário, do trabalho em tempo parcial, dentre outras (ANTUNES, 1999; HARVEY, 2011; ANTUNES, 2013).

Segundo Previtali e Fagiani (2015), as teses liberais que são manifestas na centralidade do mercado como agente regulador e do declínio do Estado, apontam uma crescente concentração de capital sob o poder de bancos privados e empresas transnacionais à custa do retrocesso de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

O pensamento liberal está presente desde a década de 1940, mas é a partir dos anos 1990 que começa a ser hegemônico no mundo. Nesse contexto, inicia-se uma ampla reforma do Estado, mediante a privatização dos chamados serviços públicos essenciais como a previdência social, a educação e a saúde a fim de serem criadas novas fontes de valorização do capital em uma fase de crise de acumulação.

Atualmente, o processo de reestruturação produtiva nas economias globais está originando um novo tipo de organização dos processos de trabalho mediante a introdução de tecnologias de informação e comunicação, bem como de novas práticas gerenciais, cujo discurso assenta-se na cooperação, no envolvimento e na parceria do trabalhador (ANTUNES, 1999; PREVITALI, 2011; FAGIANI; PREVITALI, 2014).

Observa-se um movimento de ampla reforma do Estado sob o ideário das teses neoliberais, manifestas na centralidade do mercado como agente regulador das relações capital e trabalho. Assim, o processo de reestruturação produtiva das empresas nada mais é que a reestruturação do capital, visando assegurar sua expansão e acumulação. À medida que esse processo avança, envolvendo mudanças tecnológicas e/ou organizacionais, vai resultando em retrocesso de conquistas sociais, caracterizando um período denominado de "neoconservador" por Harvey (1992). A reestruturação produtiva do capital envolve ainda um novo quadro político e institucional, de base liberal, o neoliberalismo, inaugurado com o governo conservador de Thatcher na Grã-Bretanha em 1979.

Nesse contexto, as empresas se beneficiam do novo quadro neoliberal para reorganizar as modalidades de sua internacionalização e para modificar suas relações com a classe trabalhadora por meio da intensificação dos processos de flexibilização envolvendo práticas como a da terceirização e subcontratação, do trabalho temporário (PREVITALI; SILVA, 2009). Esse conjunto de mudanças têm implicado numa crescente concentração de capital sob o poder de bancos privados e empresas transnacionais devido, por um lado, às privatizações de atividades antes sob a responsabilidade do Estado e, por outro, através da instituição de novos estatutos jurídicos que desregulamentam o trabalho, como, por exemplo, a reforma trabalhista no Brasil em 2017, a qual autoriza o uso do trabalho flexível, terceirizado, subcontratado, temporário e em tempo parcial em atividades meio e atividades fim.

Com a crise da organização taylorista-fordista que tem início nos anos 1930 e se estende até a década de 1970, o capital teve que encontrar novas maneiras de se organizar e se expandir e impõe-se, para as empresas, a necessidade de encontrar uma força de trabalho mais complexa, mais heterogênea e mais multifuncional para ser explorada de forma mais intensa e sofisticada pelo capital (ANTUNES, 1999; 2013).

Com a reestruturação produtiva já no final dos anos 1970, desenvolve-se o Toyotismo, um modelo de organização do capital mais “flexível” que demanda uma maior qualificação do trabalhador, além de maior participação no processo produtivo. O modelo também tem como característica a terceirização, precarização do trabalho, produção sob demanda, estoque mínimo e uma maior exploração da capacidade intelectual do trabalhador (ANTUNES, 1999). Esse modelo se caracteriza por uma reconfiguração do “poder no local de trabalho e no próprio mercado de trabalho, muito mais em favor dos empregadores do que trabalhadores” (TOMANEY, 1996, p. 157-158 *apud* PREVITALI, 2009).

O Toyotismo, ou a chamada era da acumulação flexível acarretou profundas modificações no mundo do trabalho, entre elas um enorme desemprego estrutural e um crescente contingente de trabalhadores em condições de precarização e exploração (HARVEY, 2011). Essas modificações são conduzidas pela lógica societal voltada para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. Assim, o processo de reestruturação produtiva das empresas nada mais é que a reestruturação do capital, visando assegurar sua expansão e acumulação.

A cada passo dado na introdução de inovações técnicas e/ou organizacionais, há uma oportunidade para a destruição de formas de resistência ao controle do trabalho, à exploração. Cada vez mais as empresas beneficiam-se da desregulamentação neoliberal do trabalho para modificar suas relações com a classe trabalhadora via intensificação dos

processos de flexibilização, os quais envolvem práticas como a terceirização e a subcontratação; o trabalho temporário e o trabalho em grupo, impondo fortes derrotas ao movimento sindical que havia nascido sob as práticas tayloristas fordistas. Para Harvey (2011), *apud* Previtali e Fagiani (2014, p. 760) “[...] o neoliberalismo legitima práticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista”.

A nova ordem de acumulação capitalista ancora-se em relações laborais fundadas na flexibilidade e no uso intensivo das tecnologias informacionais, na redução expressiva do trabalho estável e contratado regularmente, concomitantemente ao aumento do emprego parcial, temporário, subcontratado e precário. Entende-se o trabalho precário aquele que possui caráter involuntário, uma vez que os indivíduos são constrangidos a esse tipo de relação de emprego porque não têm outra escolha, pela ausência de emprego fixo, pelos baixos rendimentos majoritariamente, levando os trabalhadores a mais de uma relação de emprego, bem como pela redução ou mesmo ausência dos direitos sociais (DIOGO, 2010).

Para a classe trabalhadora do Brasil e do mundo, as perdas têm sido significativas, uma vez que ocorre a perda iminente de direitos de proteção social, levando a um crescente processo de precarização do trabalho (MACHADO; GIONGO; MENDES, 2016). O fenômeno da precariedade não está restrito às profissões mais desqualificadas ou manuais, mas se estendeu às profissões qualificadas, ao trabalho intelectual, assumindo um caráter sistêmico e transversal a todas as profissões. Essa nova modalidade de trabalho combina distintas rotinas de trabalho, organização de funções e gestão do tempo, é transversalizado pela difusão das tecnologias de informação e comunicação e atinge fortemente as gerações mais jovens com maiores níveis de escolaridade e de qualificação.

Em torno dessas ponderações a pesquisa tem como hipótese principal problematizar a questão de que trabalhadores mesmo com experiência profissional e com formação acadêmica elevada, podem sofrer com a precarização dos postos de trabalho. Além de explicar esse fenômeno social, a pesquisa busca entender como os ingressos e egressos dos cursos de Administração Integral, Noturno e Administração Pública, oferecidos pela Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), da UFU, vistos como mão de obra qualificada, estão sendo alocados no mercado de trabalho e quais são as suas expectativas em relação a sua formação e ao mercado.

O curso de Administração Pública existe desde 1952 no Brasil, sendo inicialmente ofertado pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), criada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Logo em seguida, em 1954, a FGV institui a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Estas escolas surgem devido às

várias mudanças estruturais que ocorreram no país, principalmente geradas pelo processo de industrialização, que fez surgir então a necessidade de força de trabalho especializada para atuarem nos órgãos estatais e nas empresas privadas (PINTO; JÚNIOR, 2012).

Segundo dados do Censo da Educação superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dos 10.966.280 formados em um curso superior no Brasil entre 2001 e 2015, cerca de 1.319.804 eram concluintes do curso de Administração, nesses 15 anos o número de formados no curso por ano passou de 35.149 para 99.216, um aumento de 182% (MORENO, 2017).

Devido à história do curso de Administração Pública no Brasil e também a significativa participação no número de formados que o curso de Administração tem no país, sendo o curso com maior número de concluintes de 2001 até 2015 (MORENO, 2017), o curso de Administração e Administração Pública, junto a seus ingressos e egressos, foram escolhidos para a realização da pesquisa. A escolha da UFU se deu por sua importância, sendo uma instituição pública de referência no triângulo mineiro.

Portanto a pesquisa, de caráter interdisciplinar, justifica-se por proporcionar o conhecimento minucioso e sistemático sobre o objeto da pesquisa, contribuindo para aprofundar o debate acadêmico, bem como para a formação de recursos humanos altamente qualificados.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos gerais

O objetivo geral do presente trabalho é problematizar a nova configuração do trabalho, mais especificamente o trabalho qualificado com nível superior de educação. Esse tipo de trabalho foi visto como regulado pelo Estado e com garantias sociais, especialmente durante o período de acumulação taylorista-fordista, entre 1945 e 1970. Com a ascensão das políticas neoliberais nos países do Norte e do Sul, inicia-se um processo de retirada de direitos do trabalho, afetando o trabalho qualificado.

1.1.2 Objetivos específicos

- Entender o que é trabalho, mercadoria e as formas de controle exercidas pelo capital;
- Discutir a reestruturação produtiva e o regime de acumulação flexível nas economias capitalistas do mundo, demonstrando suas influências para a precarização do trabalho;

- Verificar o processo de acumulação flexível no Brasil e entender as formas de emprego que os trabalhadores mais qualificados assumem no País;
- Analisar os efeitos dessas políticas junto aos ingressos e egressos dos cursos de Administração Integral, Noturno e Administração Pública, ofertados pela Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), da UFU, no período entre 2015 e 2020.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Trabalho, mercadoria e as formas de controle exercidas pelo capital

Para compreender as formas de controle que são exercidas pelo capital e suas respectivas transformações ao longo do tempo é necessário entender o que é mercadoria e sua importância para o capitalismo. Além disso, entender o que é o trabalho e como o homem, como ser social, se relaciona com ele. Através da análise desse processo é possível entender como o capitalismo se articula para manter o seu objetivo de acumulação.

Segundo análise de Marx (2013), a mercadoria é responsável por refletir a riqueza, logo, a riqueza se expressa em mercadoria. Em seu princípio, a mercadoria é um objeto, uma coisa na qual tem em suas propriedades a função de satisfazer necessidades humanas, independentemente se essas são necessidades fisiológicas ou desejos. A utilidade de determinada coisa faz dela um valor de uso, essas utilidades são determinadas pelo próprio corpo da mercadoria, já que ela não existe sem o mesmo.

O valor de troca, a princípio, se apresenta como uma relação quantitativa entre diferentes mercadorias, relação na qual fazem elas se tornarem proporcionais, permitindo suas trocas. Portanto, como valores de uso, as mercadorias são de qualidades diferentes, como valores de troca só se diferem em suas quantidades (MARX, 2013).

Marx (2013), acredita que o trabalho é ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, isso porque o homem pode trabalhar para criar na relação com o meio ambiente os seus meios de vida. Nesse sentido o trabalho é raciocínio, escolha das ferramentas, que podem ser meios de produção ou simplesmente criadas a partir da natureza, e o objeto trabalhado, resultado do trabalho. Há uma dimensão de alienação, mas ela não é estranhamento, já que o homem se reconhece naquilo que produz.

O valor de uso possui qualidades específicas ou singulares porque cada homem é um indivíduo particular diferente do outro, existindo raciocínios diferentes entre os mesmos. Esse valor de uso sempre irá existir, já que sempre haverá uma dimensão cognitiva no trabalho. Daí a necessidade do capital querer sempre inovar: ele precisa expropriar e controlar essa capacidade ao seu limite. O valor de troca é obtido na exploração do trabalho não pago durante o tempo contratado da força de trabalho, é o trabalho explorado produtor da mais-valia (ou produtor do valor). Esse valor é medido quantitativamente, isto é, o que vale para o capitalista é a média do trabalho social combinado realizado para produzir uma determinada quantidade de mercadorias (MARX, 2013).

Vale ressaltar ainda:

[...] Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013 p. 98-99).

Esse trabalho humano abstrato (que se manifesta no valor de troca) é um gasto de energia humana, um dispêndio de força humana.

Para Marx (2013), todas as mercadorias têm uma substância social em comum que é o trabalho humano, isso faz delas valores. Logo, o que encontramos em comum em relações de troca é o valor, e o valor total se apresenta independentemente do valor de uso. Uma mercadoria só possui valor porque nela está materializado o trabalho humano abstrato.

Ainda segundo o autor, para se medir a grandeza desse valor, é necessário medir a quantidade de trabalho empregado naquela mercadoria ou o que foi gasto em sua produção. Já a quantidade de trabalho é medida por tempo de duração, como dia ou hora. O trabalho aqui medido é o trabalho humano igual, onde ocorre a utilização homogeneia da força de trabalho. Logo, o valor é medido pela média de trabalho social em função do tempo de trabalho médio necessário que será necessário para a produção da mercadoria. A partir disso se estabelece o tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir um valor de uso qualquer, levando em consideração condições normais de produção e com um grau médio de habilidade e também de intensidade do trabalho.

Braverman (1981), também considera que o trabalho não é o simples fato de apropriar-se de recursos da natureza assim como eles estão dispostos para próprio proveito, sua definição vai além. O trabalho se caracteriza através da mudança do estado natural de materiais, para que esse possa ser melhor utilizada. Essa atividade não é de exclusividade da espécie humana, o pássaro na elaboração de seu ninho ou a aranha na elaboração de sua teia também estão exercendo trabalho, mas existe uma diferença na forma de trabalho humano em relação as outras espécies. É importante destacar também:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013 p. 188).

É possível compreender então que o trabalho animal é direcionado por seu instinto, sendo sua capacidade instintiva e de execução inseparáveis. Um pássaro que constrói o seu ninho, por exemplo, não tem a capacidade de delegar a construção desse mesmo ninho para outro pássaro, por não apresentar a capacidade de divisão de sua força

diretriz e atividade resultante. Já a espécie humana apresenta em si essa capacidade de separação, apresentando então a possibilidade de divisão de tarefas, além da execução de diversas outras funções. O trabalho humano é então indeterminado, são constituídos como produtos das interações entre ferramentas e relações sociais, tecnologia e sociedade. Logo, é possível compreender o conceito de Marx sobre “força de trabalho” como sendo a capacidade humana de executar trabalho, não podendo esta ser confundida com o poder de qualquer agente não-humano (BRAVERMAN, 1981).

Para Braverman (1981), a possibilidade de executar as mais variadas atividades e sua natureza inteligente e proposital faz com que o trabalho humano tenha infinita adaptabilidade e produza condições culturais e sociais necessárias para aumentar sua produtividade. Isso permite também a ampliação de seu trabalho excedente (tempo de trabalho para o capitalista), condição essa essencial para a expansão dos interesses capitalistas.

Visando obter controle sobre as características únicas fornecidas pelo trabalho humano o capitalista busca então formas de transformar o trabalho em mercadoria, de modo que seja possível existir a compra e venda de força de trabalho. Para atingir esse objetivo existem três condições básicas que necessitam se apresentar de formas gerais em todas as sociedades. A primeira condição é a separação dos trabalhadores dos meios de produção, tendo acesso a esses apenas vendendo sua força de trabalho. A segunda coloca os trabalhadores livres em termos legais, para que possam vender sua força de trabalho, enquanto que na terceira traz o emprego do trabalhador como a expansão de uma unidade do capital que pertence ao empregador, que atua então como um capitalista (BRAVERMAN, 1981).

Nesse aspecto, vale ressaltar ainda que

É importante notar o caráter histórico deste fenômeno. Embora a compra e venda da força de trabalho tenha existido desde a antigüidade*, até o século XIV não começara a se constituir uma considerável classe de trabalhadores assalariados na Europa, e ela não se tornou numericamente importante até o advento do capitalismo industrial (isto é, a produção de mercadorias em bases capitalistas, comparada com o capitalismo mercantilista que tão somente trocava os produtos excedentes das forças anteriores de produção) no século XVIII. Tem sido a forma numericamente dominante por pouco mais de um século, e isto apenas em poucos países. Nos Estados Unidos, talvez quatro quintos da população trabalhavam por conta própria nos inícios do século XIX. Por volta de 1870 a cifra desceu para cerca de um terço e em 1940 para não mais que um quinto; no ano de 1970, apenas perto de um décimo da população trabalhava por conta própria. [...] (BRAVERMAN, 1981 p.55).

Através da análise desse extraordinário crescimento do número de trabalhadores que se tornam agora obrigados a venderem sua força de trabalho, é possível notar o poder das políticas capitalistas em converter todas as forças de trabalho em trabalho assalariado. Para Braverman (1981), o processo de trabalho que se tratava em geral de um processo

de criação de valor útil, se transforma então em um processo para a expansão dos interesses do capital, tendo o capitalista o controle e domínio sob esse processo.

Para Braverman (1981), o capitalista busca então formas para aumentar a produção da força de trabalho que tem a sua disposição, seja através do aumento da jornada de trabalho ou pela utilização de instrumentos de trabalho que permitam um aumento de produtividade.

Segundo Fagiani e Previtali (2014), no modelo de produção capitalista ocorre constantemente à busca pela valorização do capital, tendo como principal objetivo o aumento de produção de mais-valia. Uma questão que se apresenta ao capital é de como aumentar a mais valia sem necessariamente aumentar a jornada de trabalho. Esse processo só se torna possível através da redução do trabalho necessário (aquele no qual o trabalhador produz o que é equivalente ao seu próprio valor) e aumento do trabalho excedente (tempo de trabalho para o capitalista).

De acordo com Marx (2013), o capital consegue através desse processo aumentar sua capacidade produtiva através de mudanças nos meios e métodos de trabalho. Logo, a valorização do capital ocorre por meio da mais valia relativa, que é extraída através dessas mudanças de meios de produção e também de métodos de organização do trabalho pela aplicação de tecnologia, que reduz o valor da força de trabalho e da mercadoria.

Para Marx (2013), a presença da concorrência nesse modelo de produção faz com que o capitalista busque constantemente por essa redução do trabalho necessário o que leva ao barateamento da mercadoria. Dessa forma o capitalista que introduz mudanças que consigam reduzir o tempo de trabalho necessário consegue uma maior apropriação de trabalho excedente em relação aos demais.

Para Fagiani e Previtali (2014), o aumento que ocorre na força produtiva do trabalho é responsável pelo barateamento da mercadoria e, consequentemente, pela redução do valor da força de trabalho. Logo, a mais valia extra representa uma importante forma de avanço no modo de produção capitalista e também de suas contradições. Marx (1988) e Braverman (1981), citado por Fagiani e Previtali (2014), defendem que a ciência que é transformada em tecnologia, submetida ao interesse do capital, torna-se uma poderosa ferramenta de exploração do trabalho e, consequentemente, da reprodução do capital.

Antunes (2002), acredita que a teoria do valor reconhece a importância da ciência, o autor defende que a ciência tem sim sua liberdade de expansão pelo capital, mas esta se apresenta subordinada aos processos de criação de valores de troca. Logo, todo o conhecimento que é adquirido através da ciência tem como principal função

atender ao interesse do capital, ficando seu desenvolvimento refém das relações entre capital e trabalho.

À medida que os trabalhadores não fornecem por completo sua capacidade de trabalho, mantendo-a através da responsabilidade de concepção e execução de tarefas, a gerência tem papel fundamental no processo das relações capitalistas de produção, já que tem como função assegurar o controle das tarefas individuais e também de todo o dia de trabalho, certificando-se que todas as atividades serão cumpridas (BRAVERMAN, 1981).

Além de separar os trabalhadores dos meios de produção, colocar estes livres para venderem sua força de trabalho e trazer o emprego do trabalhador como a expansão de uma unidade do capital que pertence ao empregador, o capitalista também busca impedir que os trabalhadores estabeleçam o controle sobre o processo de trabalho através da dissociação entre trabalho manual e intelectual. O resultado dessa separação é a desqualificação do trabalhador, que passa executar tarefas cada vez mais simplificadas e especializadas, um trabalhador que se torna apto a executar suas funções em um tempo muito mais reduzido (BRAVERMAN, 1981).

Através da introdução dos princípios da gerência científica introduzida por Taylor e a aplicação da esteira rolante introduzida por Ford, o local de trabalho se encontra agora reestruturado, dividindo e fixando os trabalhadores em postos de trabalho, onde estes executam atividades repetitivas e especializadas. Este processo faz com que os trabalhadores percam seu poder de decisão sobre o processo, além de se tornarem reféns de uma estrutura hierarquizada (BRAVERMAN, 1981).

Para Braverman (1981), é através dessas inovações técnicas que o capitalista consegue apropriar-se do conhecimento dos trabalhadores. Esse processo se torna necessário para se manter a reprodução do capital através do controle do trabalho, seu gerador de valor.

2.2 Reestruturação produtiva e regime de acumulação flexível

Segundo Fontes (2017), desde o século XIX ocorrem lutas sociais com o objetivo de eliminar as ações do patronato, lutas essas que resultaram em benefícios para a classe trabalhadora como férias, aposentadoria e décimo terceiro, além de inúmeros outros. Mas com a expansão constante do capitalismo e de suas reestruturações pelo mundo, se expandem também o número de trabalhadores reféns do interesse do capital e as novas formas de trabalhos originadas, formas essas que estão extinguindo direitos antes adquiridos.

Essas reestruturações do capital se dão devido a crises estruturais, que fazem com que o capital se reestruture para manter seu processo de acumulação. Um exemplo

de crise estrutural do capital se dá pela crise no padrão de acumulação dos modelos Tayloristas/fordistas, que se inicia entre o final dos anos de 1960 e início de 1970. Conforme Antunes (2002), entre as consequências dessa crise está o processo de reestruturação do capital, que visa à recuperação do seu ciclo produtivo e do seu projeto de dominação societal, que foram abalados pela confrontação e conflitualidade do trabalho que questionaram a estrutura da sociedade do capital e também de seus mecanismos de controle social.

O capital inicia então transformações no seu processo produtivo, essas transformações são frutos da própria concorrência intercapitalista e da necessidade constante de controle das lutas sociais oriundas do trabalho. Essas mudanças se dão através de implementação de formas de acumulação flexível, formas de gestão organizacional, *downsizing*, através do avanço tecnológico e através de modelos alternativos ao taylorismo/fordismo, como o “Toyotismo” (ANTUNES, 2002).

Segundo Harvey (1992), é necessário entender as mutações existentes no sistema capitalista e suas consequências, em que por meio dessas estaria acontecendo o surgimento de um novo regime de acumulação flexível que nasce em 1973 e tem como característica a reorganização tecnológica e financeira, fechamento de plantas industriais, divisão internacional do trabalho, volatilidade do capital, desemprego e divisão de mercado.

O padrão de acumulação flexível se organiza de uma forma relativamente diferente da forma taylorista/fordista.

Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (ANTUNES, 2002 p.28-29).

Ainda em conformidade com Antunes (2002), essa nova forma de organização do trabalho atua aumentando a intensidade de exploração das forças de trabalho, levando a redução do trabalho improdutivo. Além disso, ocorre também um processo de redução de postos de trabalho, já que diferentemente dos modelos de produção taylorista/fordista, o grande número de funcionários de uma empresa não representa mais o seu vigor, pelo

contrário, as “empresas enxutas” são consideradas sinônimos de sucesso e produtividade no modelo de acumulação flexível.

Entre as consequências do padrão de acumulação flexível, algumas têm consequências imediatas no mercado de trabalho, como: desregulamentação de direitos dos trabalhadores, aumento da fragmentação da classe trabalhadora precarização e terceirização do trabalho, além da destruição do sindicalismo de classe (ANTUNES, 2002).

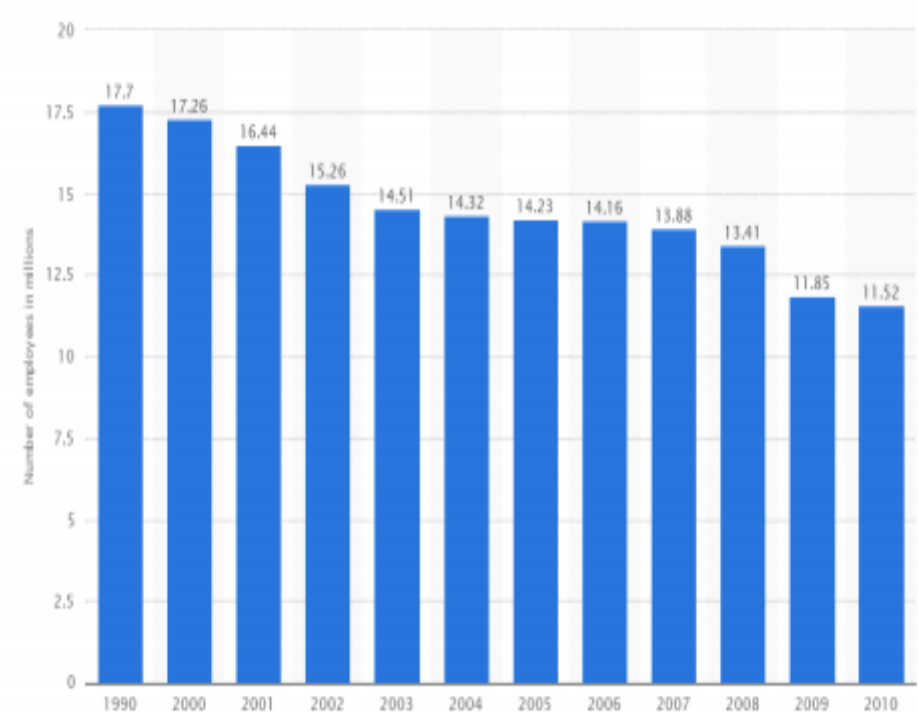
Segundo Fagiani e Previtali (2014), na União Europeia, a proporção de trabalhos temporários involuntários aumentou cerca de 1% entre 2008 e 2012 enquanto a porcentagem de trabalhos a tempo parcial aumentou 2,4%. Ainda, segundo os autores, em 2013, a média europeia de trabalho em regime parcial foi de 19,5%, sendo mais uma regra do que uma exceção na economia.

Países como a Holanda, o emprego em tempo parcial chega a 50% do emprego total, o que significa que um em cada dois trabalhadores holandeses são empregados nesse tipo de regime de trabalho. Com taxas que ultrapassam a média europeia estão também a Alemanha (26,2%), Áustria (25,7%), Reino Unido (25,5%), Dinamarca e Suécia (24,7%), Bélgica (24,3%), e Irlanda (23,5%). Entre os países com mais de 10% de emprego a tempo parcial estão o Luxemburgo (18,7%), França (18,1%), Itália (17,7%), Espanha (15,9%). Em Portugal a taxa de emprego em regime parcial foi de 10,9% (FAGIANI; PREVITALI, 2014).

De acordo com dados fornecidos pela OIT (2013), cerca de 202 milhões de pessoas se encontram desempregadas em todo o mundo. A indústria é um dos setores econômicos que mais sofreram os efeitos do desemprego. Só nos Estados Unidos houve uma redução de 35% do número de trabalhadores nas indústrias entre 1990 e 2010, conforme Gráfico 1 (FAGIANI; PREVITALI, 2014).

Gráfico 1: Número de trabalhadores nos Estados Unidos na indústria: 1990-2010.

Number of employees in U.S. manufacturing from 1990 to 2010 (in millions)



Fonte: Fagiani e Previtali, 2014.

O sindicalismo que havia nascido junto as práticas Taylorista-Fordistas sofre fortes derrotas devido a ação do desemprego e de políticas neoliberais de desregulamentação. Houve uma queda de 2,4% do sindicalismo nos Estados Unidos entre 2000 e 2012, conforme apresentado no Gráfico 2 (FAGIANI; PREVITALI, 2014).

Gráfico 2: Porcentagem de Trabalhadores Sindicalizados nos Estados Unidos: 2000-2012.
Percentage of employees represented by unions in the United States from 2000 to 2012



Fonte: Fagiani e Previtali, 2014.

Antunes afirma em entrevista, que essa transformação permanente do capital só se torna possível graças ao avanço do mundo digital e graças ao desenvolvimento financeiro que revolucionou noções de tempo e espaço em todas as atividades produtivas. Essa reestruturação foi em cadeia mundial, onde a lógica do capital financeiro se espalhou por várias áreas de produção. Mas a lógica do capital financeiro necessita do trabalho, ele ainda é vital, porém, esse trabalho se modifica, inclusive modificando a divisão internacional do trabalho, onde cada país acaba por ter uma configuração diferente do trabalho. Ainda segundo o autor, essa nova forma de se organizar do capital, que é uma tendência global, varia de intensidade em alguns países, em função da resistência da classe trabalhadora e também de movimentos sindicais (FACHIN, 2018).

Um das empresas que mais caracterizam as formas de trabalho existentes na nova configuração do capital é a empresa Uber. Seu impacto foi tão grande, que surgiu até o termo: “Uberização das relações de trabalho”, inspirado no nome da empresa, que caracteriza as relações de trabalho nesse modelo de negócio conhecido como “economia colaborativa”, um modelo que se multiplica constantemente. A empresa é a maior em transporte de passageiros do mundo, sem ao menos possuir veículos em sua frota, ou seja, a empresa não é proprietária direta dos meios de produção nem de suas ferramentas, mas consegue se articular de modo que controla e liga a força de trabalho e os meios de produção com o mercado consumidor, sem a existência de um vínculo empregatício (FONTES, 2017).

Ricardo Antunes vai chamar o trabalhador que realiza esse tipo de atividade, como a do Uber, de “Escravo Digital”. Para exercer tal, o celular se torna um instrumento de extrema importância, pois graças a esse instrumento o trabalhador é chamado constantemente para exercer diversos trabalhos de forma variada, recebendo pelo tempo de trabalho (FACHIN, 2018).

Para Fontes (2017), a falta da propriedade dos meios de produção e de suas ferramentas não caracteriza a extinção da importância da propriedade capitalista. Na verdade, esse é um processo de potencialização onde as pessoas apenas detêm a propriedade direta das coisas que serão convertidas em capital, ou seja, um processo no qual o maquinário é oferecido ao capital para sua extração de valor.

Os proprietários dessas máquinas que vão servir ao interesse do capital são facilmente expropriados, na medida em que ficam responsáveis pelo desgaste de seus veículos, da sua conservação e todos os demais custos e despesas que são gerados por esse tipo de trabalho. Também existem situações nas quais os motoristas, pela ausência de um automóvel ou com a intenção de fugir dos custos de sua conservação, alugam esses veículos que serão utilizados para exercer seu trabalho. Outro ponto característico dessa

empresa é a ausência de jornada de trabalho para os motoristas, ausência de um limite para ela e a inexistência de um repouso remunerado. O que interessa agora não é mais o tempo livre do trabalhador durante seu expediente, agora o interesse é em aumentar o volume de valor, onde qualquer tempo que seja disponibilizado pelo trabalhador singular é lucro (FONTES, 2017).

Além da empresa Uber, existem outras organizações em diferentes ramos de atividade que se caracterizam por essa nova força de expropriação do trabalhador.

[...] no campo brasileiro, a engorda de animais (frangos e porcos), a produção de ovos etc., é realizada por pequenos proprietários, que devem assegurar, por seus próprios meios (em geral, através de endividamento bancário) as instalações exigidas e certificadas por grandes empresas agroindustriais. Estas, detentoras dos recursos sociais de produção, definem o processo de trabalho e o tempo máximo de sua realização (como o tempo de engorda de cada tipo de animal). Os pequenos proprietários convertem-se em elos de uma enorme cadeia produtiva, na qual realizam processos similares aos que o operário parcelar executa em grandes indústrias, arcando com os custos físicos de implantação e de manutenção do processo e sem... salário [...] (FONTES, 2017 p. 61-62).

Segundo Marx (1985), citado por Fontes (2017), no século XIX já existia uma tendência do pagamento do trabalho por “peça”, onde o trabalhador receberia sua remuneração não através de uma jornada de trabalho, mas sim pela quantidade que fosse produzida por ele. Esse processo levaria o trabalhador a aplicar sua força de trabalho de forma mais intensa, já que sua remuneração dependerá agora do quanto ele consegue produzir, levando ao aumento da produção e também ao aumento da jornada de trabalho, um processo muito benéfico para o interesse do patronato. Ainda é importante destacar:

Mas a maior liberdade que o salário por peça oferece à individualidade tende a desenvolver, por um lado, a individualidade e, com ela o sentimento de liberdade, a independência e autocontrole dos trabalhadores, por outro lado, a concorrência entre eles e de uns contra os outros (MARX, 1985 p. 141-142, apud Fontes, 2017).

2.3 O processo de acumulação flexível no Brasil

Com o fim recente da ditadura e a volta gradativa da democracia no Brasil, tivemos na Constituição de 1988 uma esperança em relação a uma maior liberdade e direitos sociais. O movimento dos trabalhadores estava em ascensão assim como os movimentos sociais, mas nos Estados Unidos e na Europa acontecia um movimento contrário, onde buscava-se uma maior competitividade internacional e rentabilidade. Esses países desregulavam o capital de forma que tiravam a responsabilidade do Estado de mediar às relações entre capital e trabalho (LIMA, 2018).

Para Lima (2018), as reformas no Brasil apareceram com a estabilidade econômica, que embora tenham derrotado os altos índices de inflação existentes no país, foram responsáveis por privatizações e tentativas de reformas trabalhistas que tinham como objetivo flexibilizar as relações de trabalho. Durante esse período ocorreu também

o processo de mudança e transformação organizacional e tecnológica, que teve como consequência a diminuição da quantidade de postos de trabalho formais. Além disso, houve o crescimento de postos informais, desestruturação de categorias de trabalhadores e a constante ameaça de fechamento de postos de trabalho.

Esse processo de flexibilização do trabalho ocorre através de um ataque constante a CLT, através de emendas e algumas medidas provisórias, aumenta-se a terceirização e a flexibilização do trabalho sem alterações na Constituição. Todo esse processo atacou as relações de trabalho salarial por tempo indeterminado, comprometendo direitos antes adquiridos, como saúde e previdência social (LIMA, 2018).

Embora algumas literaturas venham defender essas novas formas de organização do trabalho oriundas do processo de acumulação flexível do capital, dizendo que essas deram origem a um “assalariamento da classe média”, Ricardo Antunes vai contrapor dizendo que na verdade o que ocorre é uma forma de trabalho intermitente, que burla a legislação que visa proteger os direitos do trabalhador. No Brasil, essa flexibilização e desregulamentação do trabalho, que gera um processo de terceirização generalizada, acontece desde o projeto que foi aprovado pelo ex-presidente Michel Temer. Todo esse processo de terceirização foi responsável por um aumento nas taxas de lucro do capital nas últimas décadas e junto a esses aumentos das taxas de lucros veio uma maior extração da mais-valia (FACHIN, 2018).

Todo esse processo de desregulamentação de direitos trabalhista oriundos do processo de acumulação flexível do capital afeta não só a classe trabalhadora tratada como menos qualificada, mas também aquela com um nível de formação profissional mais elevado. Para Vidigal (2015), o desemprego no Brasil atinge índices cada vez maiores, a desocupação atingiu cerca de 6,7% da população do país em 2015 e esse fenômeno vem atingindo trabalhadores de diferentes graus de formação. Uma amostra desse cenário evidenciado é o caso de Ronivon Prates, de 37 anos, é um trabalhador com elevado nível de formação profissional que não consegue mais emprego na sua área de atuação. Formado em administração de empresas, o profissional busca desesperadamente por uma oportunidade de trabalho, já trabalhou temporariamente como servente de pedreiro, mas mesmo nessa área não vem conseguindo mais oportunidades (VIDIGAL, 2015).

O prejuízo desse processo se torna ainda maior para os jovens recém-chegados ao mercado de trabalho. Segundo Rafael Bacciotti, economista da Tendências Consultoria, esses jovens são menos produtivos por terem menos experiência, e custam menos para serem dispensados. Para a consultora de carreira Marcia Vasquez, que trabalha na empresa Thomas Case & Associados, em momentos de crise e dificuldades,

as empresas preferem arriscar menos, e para elas, investir na formação de um profissional é um tipo de risco, por não saber se ele dará certo ou conseguirá desenvolver as competências (OLIVEIRA; LIMA, 2016).

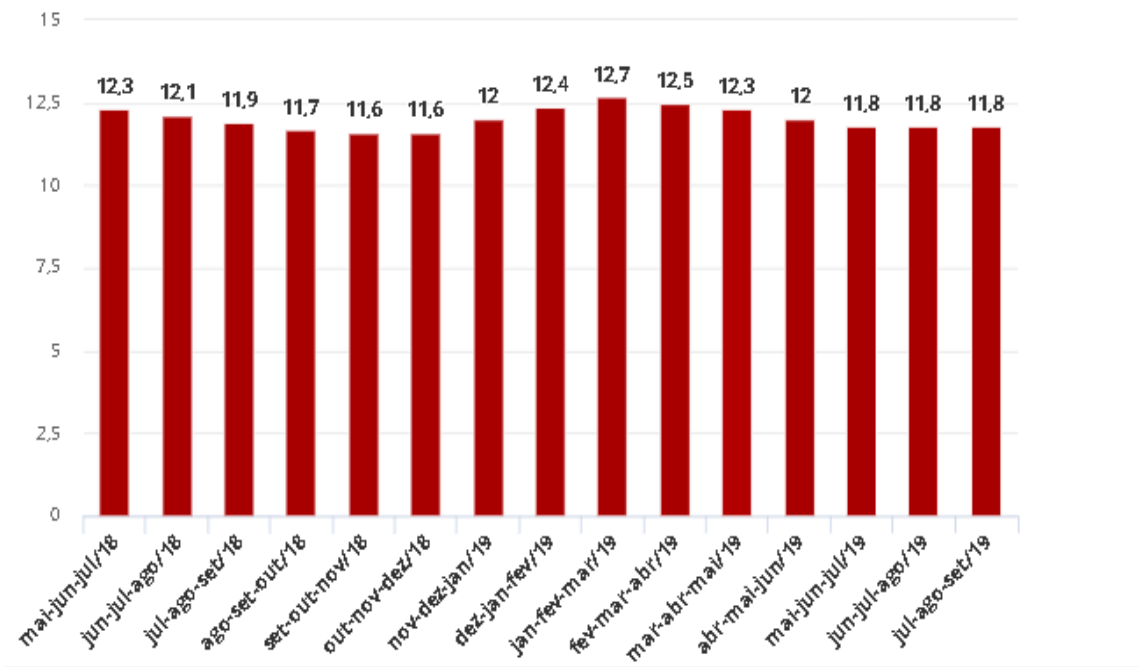
Mesmo em períodos considerados bons, a taxa de desemprego entre os jovens é maior do que a do resto da população, por terem, em geral, uma menor experiência e qualificação profissional, mas em períodos ruins, a taxa de desemprego entre os jovens dispara em um nível muito maior. De acordo com Thais Zara, economista-chefe da Rosenberg Associados, esse fenômeno se dá pela queda da renda familiar, que faz com que mais jovens busquem antecipar sua entrada no mercado de trabalho, com o objetivo de ajudarem suas famílias, todo esse processo acaba aumentando a disputa por vagas de emprego e a taxa de desemprego dispara (OLIVEIRA; LIMA, 2016).

No Brasil ainda existem outros fatores que agravam essa situação, como por exemplo, a diminuição de incentivos governamentais para a formação universitária, que acontecia por meio de programas como FIES e PROUNI. Sem o auxílio desses programas o jovem se vê obrigado a buscar emprego em um mercado com um número cada vez menor de vagas (OLIVEIRA; LIMA, 2016).

Um dos milhares de casos de jovens bem qualificados que não conseguem se alocar no mercado de trabalho é do engenheiro mecatrônico Evander de Lara, de 25 anos. O jovem tem inglês fluente e está na reta final de um curso de pós-graduação em negócios. Evander trabalhava na sua área desde 2012, mas foi demitido, desde então já sondou cerca de 40 vagas de trabalho e passou por 4 processos seletivos, mas ainda sim continua desempregado. O engenheiro já pensa na possibilidade de tentar trabalhos que oferecem menores salários, devido dificuldade que vem encontrando de se alocar no mercado de trabalho (OLIVEIRA; LIMA, 2016).

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (Gráfico 3), o desemprego atinge cerca de 12,6 milhões de pessoas, atingindo 11,8 % da população brasileira entre julho e setembro de 2019 (SILVEIRA; NAIME, 2019).

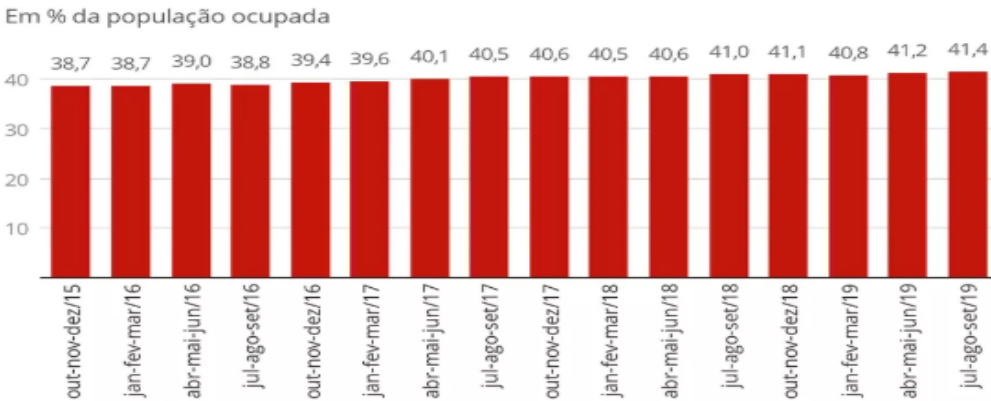
Gráfico 3: Evolução da Taxa de Desemprego.
Índice no trimestre móvel, em %



Fonte: Silveira e Naime, 2019.

Segundo os dados apresentados o desemprego persiste, e as vagas criadas são precárias. Em comparação com o mesmo trimestre de 2018, houve aumento de 1,5 milhão de pessoas na população ocupada, que atingiu o recorde de 93,8 milhões, mas essa alta ocorre devido ao crescimento da informalidade, que ficou em 41,4 % entre julho e setembro de 2019 e segue crescendo nos últimos anos, conforme apresentado no Gráfico 2 (SILVEIRA; NAIME, 2019).

Gráfico 4: Crescimento da Informalidade.



Fonte: Silveira e Naime, 2019.

Em conformidade com Ricardo Antunes, esse trabalho intermitente e informal ajuda a disfarçar as taxas de desemprego, já que o trabalhador que exerce essa função é considerado uma pessoa empregada (FACHIN, 2018).

3 METODOLOGIA

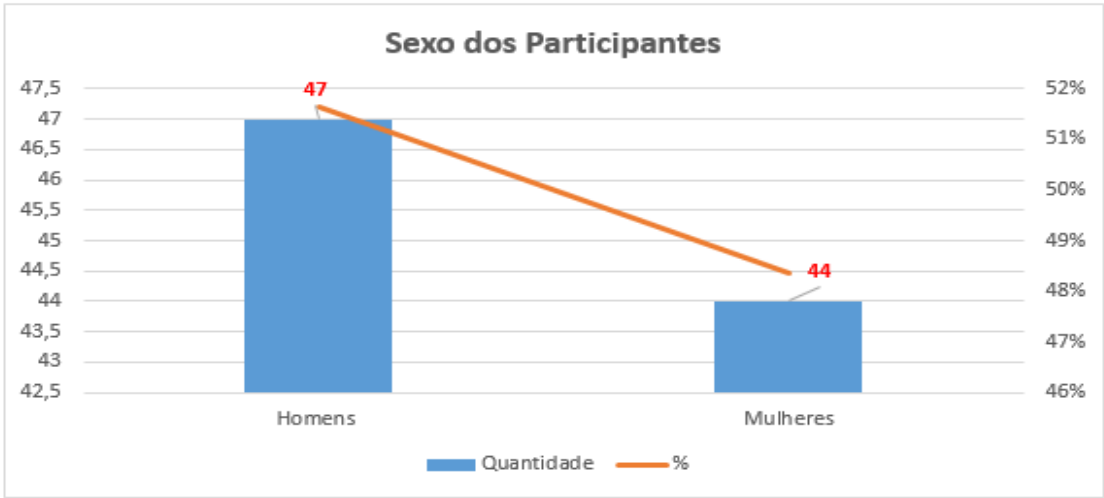
O trabalho foi realizado utilizando-se da revisão da literatura que abrange o tema aqui discutido, tendo como base a teoria política, sociológica e econômica desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels: o materialismo Histórico-dialético. Também foi realizada uma pesquisa na qual foram analisadas entrevistas, revistas e jornais que discutiam a respeito do tema proposto pela pesquisa. Além disso, foi realizada uma investigação empírica entre março e julho de 2020 com ingressos e egressos dos cursos de Administração Integral, Noturno e Administração Pública, ofertados pela FAGEN, da UFU.

A investigação empírica foi de caráter qualitativo e quantitativo, sendo realizada com turmas do segundo semestre de 2015 até o primeiro semestre de 2020. A mesma foi feita através de um questionário utilizando o software Google Forms, que foi enviado para os e-mails cadastrados na Atlética Monetária UFU (na qual o curso de Administração faz parte) e por meio de aplicativo de mensagens, que permitiu o envio da pesquisa para grupos de sala. A pesquisa teve um total de 91 respostas válidas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

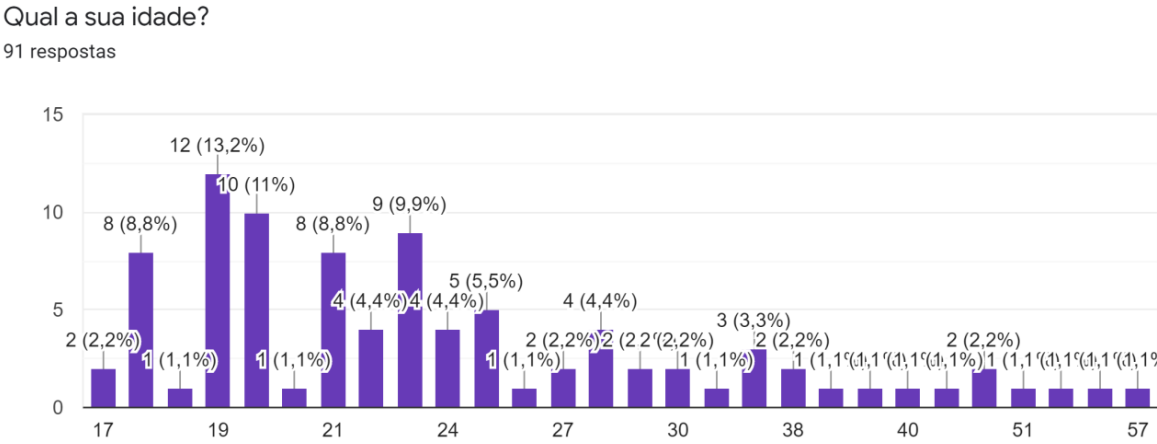
Conforme apresentado na metodologia, a composição da amostra é composta por 91 alunos e ex-alunos dos cursos dos cursos de Administração Integral, Noturno e Administração Pública, ofertados pela Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), da UFU. Segundo resultado apontado pela pesquisa (Gráfico 5), 52% dos participantes eram do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Além disso, a maioria dos participantes tem entre 18 e 28 anos (Gráfico 6).

Gráfico 5: Sexo dos participantes.



Fonte: O autor.

Gráfico 6: Idade dos participantes.

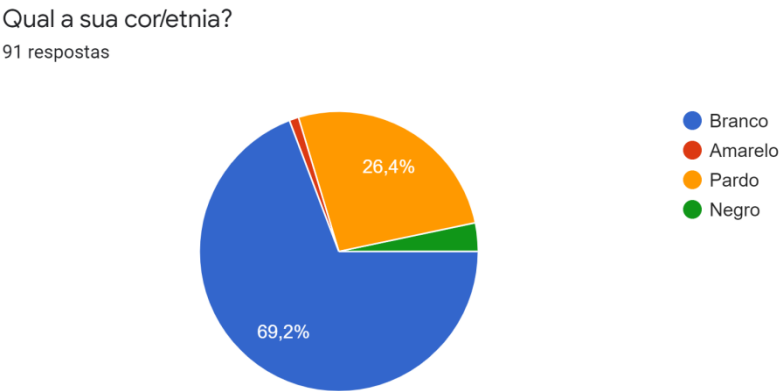


Fonte: O autor.

Outro dado que chamou bastante atenção na pesquisa (Gráfico 7), foi que a grande maioria dos ingressos e egressos dos cursos de Administração analisados se declaram brancos. Com base no questionário, 69,2% são brancos, 26,4% pardos, 3,3% negros e 1,1% amarelos. O que pode indicar que mesmo com as políticas de cotas raciais

existentes na UFU, ainda existem poucas pessoas negras/pardas nos cursos de Administração oferecidos pela Universidade.

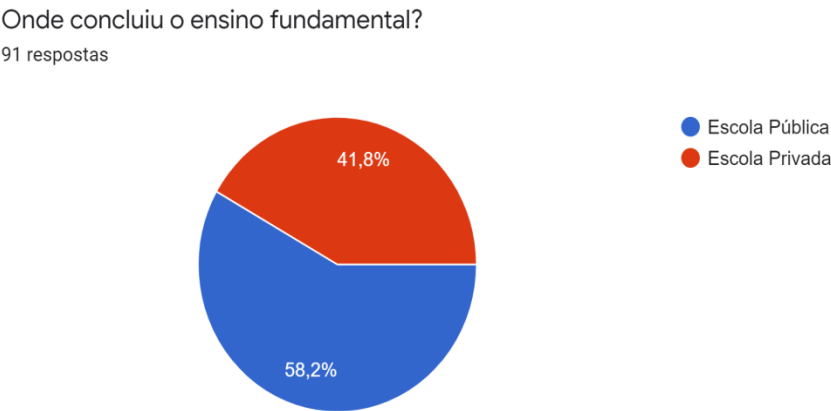
Gráfico 7: Cor/Etnia



Fonte: O autor.

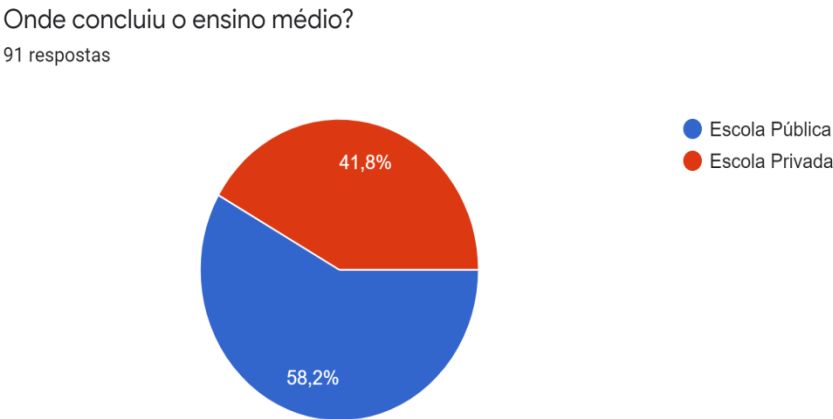
Quando perguntados onde concluíram o ensino fundamental (Gráfico 8) e o ensino médio (Gráfico 9), 58,2% dos entrevistados responderam que concluíram por meio do ensino público e 41,8% em instituições privadas.

Gráfico 8: Concluintes do ensino fundamental.



Fonte: O autor.

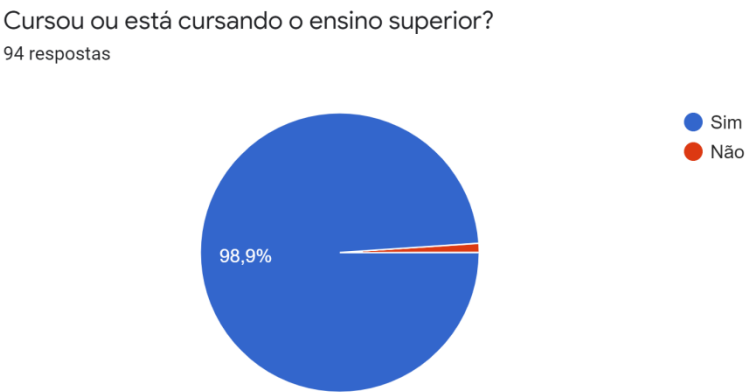
Gráfico 9: Concluintes do ensino médio.



Fonte: O autor.

Para seguir para a próxima etapa do questionário os participantes da pesquisa deveriam responder que cursaram ou estão cursando o ensino superior (Gráfico 10), caso contrário o questionário seria encerrado. O número de pessoas que responderem que sim, estão cursando ou cursaram o ensino superior foi de 98,9% e 1,1% responderam que não. Segundo interpretação, o participante que respondeu que não cursou ou está cursando o ensino superior (1,1%) não deve ter interpretado de forma correta a questão, já que o questionário foi enviado apenas para alunos e ex-alunos do curso de Administração e Administração Pública da UFU.

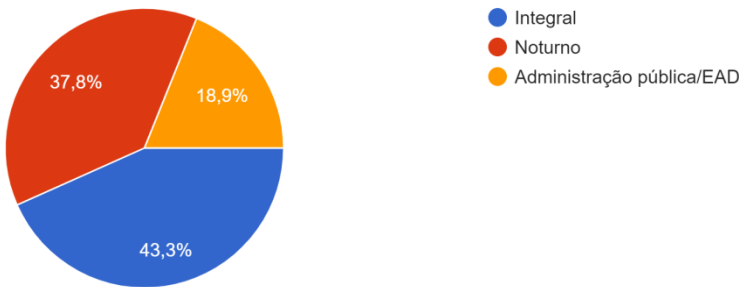
Gráfico 10: Porcentagem de pessoas que cursaram e estão cursando o ensino superior.



Fonte: O autor.

A seção dois do questionário tratava da formação e da expectativa profissional do participante. A primeira pergunta da segunda seção tinha o objetivo de descobrir se o participante cursou ou teria cursado Administração Pública, Administração integral ou Administração Noturna. Do total, 43,3% responderam que Administração Integral, 37,8% Administração Noturna e 18,9% Administração Pública EAD (Gráfico 11).

Gráfico 11: Porcentagem de pessoas em cada curso de Administração oferecido pela FAGEN.
Seu curso de Administração na FAGEN foi:
90 respostas



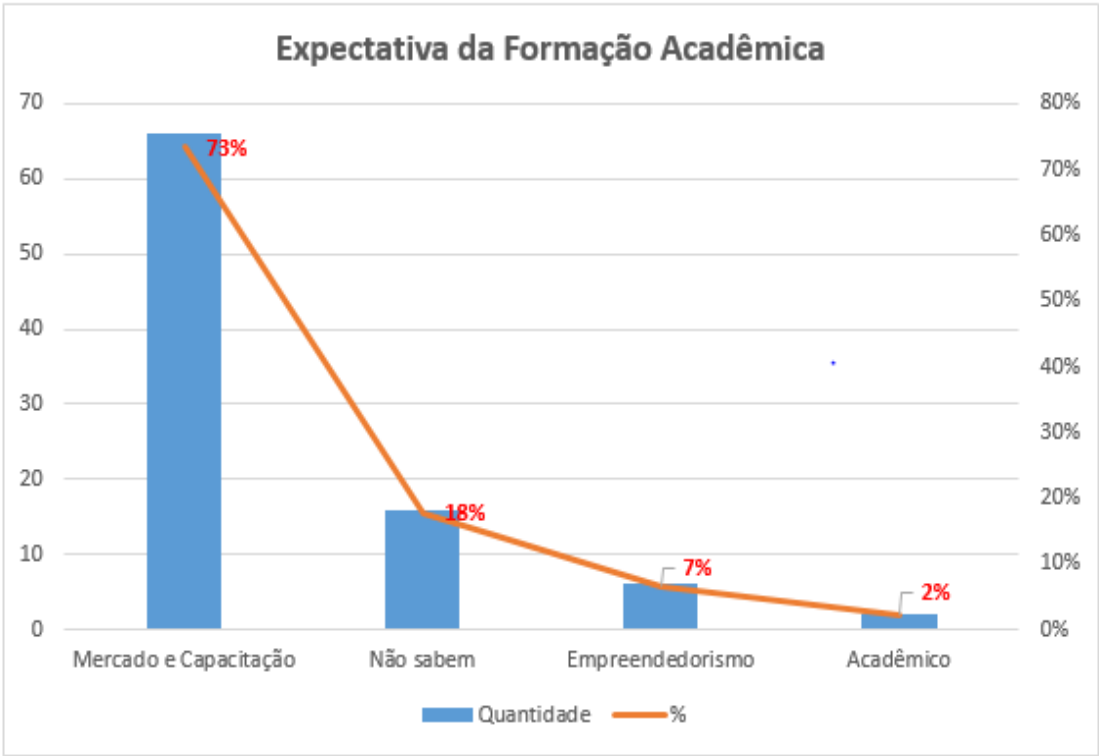
Fonte: O autor.

Quando perguntados da expectativa em relação à formação acadêmica foi possível notar 4 grandes categorias de respostas (Gráfico 12), sendo a categoria Mercado

e Capacitação com maior adesão, obtendo 73% das respostas, o que demonstra que a maioria das pessoas que fizeram ou fazem os cursos de administração oferecidos pela FAGEN buscam melhores oportunidades no mercado de trabalho. Esse dado é bastante preocupante, já que ao analisarem-se dados apresentados durante a pesquisa e também o estudo empírico, mais precisamente a questão que trata do trabalho na área de formação (Gráfico 13), é possível notar que esses futuros ou novos profissionais, na maioria das vezes, não estão obtendo sucesso em relação a sua expectativa profissional.

Aparecem com 18% aqueles que ainda não tem ideia do que esperam da sua formação ou não souberam opinar. Apenas 7% buscam o empreendedorismo, um número que chama bastante atenção, principalmente por se tratar de ingressos e egressos dos cursos de Administração e Administração Pública, que tem como característica incentivarem fortemente práticas empreendedoras. Outros 2% buscam seguir a carreira acadêmica.

Gráfico 12: Expectativa com a formação acadêmica.



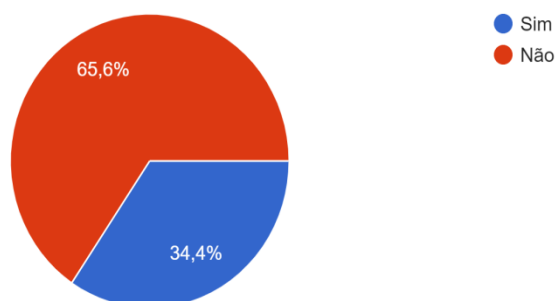
Fonte: O autor.

De acordo com dados da pesquisa, uma grande parcela dos entrevistados não trabalha em sua área de formação (Gráfico 13), 65,6% deles. Esse número chama bastante atenção pelo fato de a grande maioria desses entrevistados buscarem justamente uma melhor colocação no mercado de trabalho com a sua formação (Gráfico 12).

Gráfico 13: Trabalho na área de formação.

Você trabalha na sua área de formação?

90 respostas

**Fonte:** O autor.

Se o participante da pesquisa respondesse de forma negativa a questão anterior, ou seja, que ele não trabalha em sua área de formação, o questionário seria encerrado. Caso a resposta fosse positiva o participante continuaria na pesquisa e seria automaticamente transferido para a Seção 3, que trata sobre: Tipo de trabalho desenvolvido.

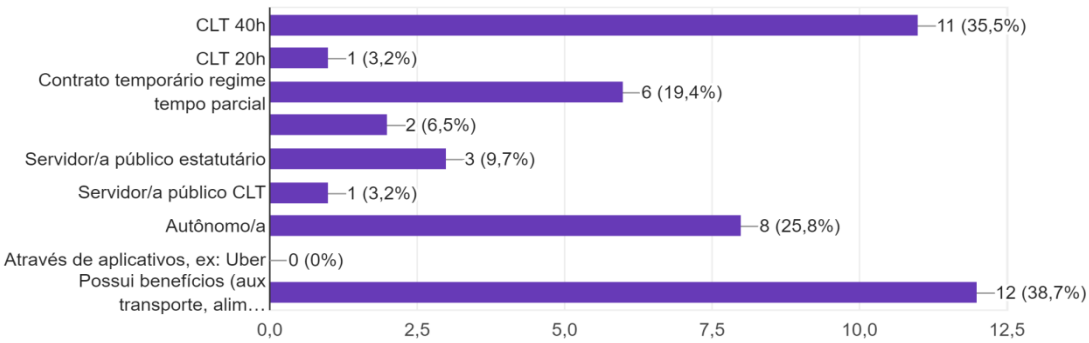
A primeira questão da Seção 3 trata do tipo de trabalho desenvolvido pelo entrevistado, sendo possível a marcação de mais de uma alternativa (Gráfico 14). A maioria dos participantes, 35,5%, trabalham em regime de CLT 40h, e 38,7%, menos da metade dos candidatos que participaram desta seção, tem benefícios como auxílio transporte e auxílio alimentação.

O número de autônomos foi de 25,8%, Baptista (1998) considera que a principal característica de um autônomo é a prestação de serviço sem existir um vínculo empregatício, ou seja, uma relação temporária entre profissional e contratante. Para Antunes (2002), entre as consequências do padrão de acumulação flexível está a precarização e terceirização do trabalho.

Contratos temporários em regime tempo parcial 19,4%, servidores públicos estatutários 9,7%, servidores públicos CLT 3,2% e nenhum dos participantes trabalham por meio de aplicativos, o que mostra que o fenômeno chamado por Fontes (2017), como “Uberização”, ainda não atinge os participantes da pesquisa.

Gráfico 14: Tipo de trabalho desenvolvido.

Sobre o seu trabalho, assinale:
31 respostas

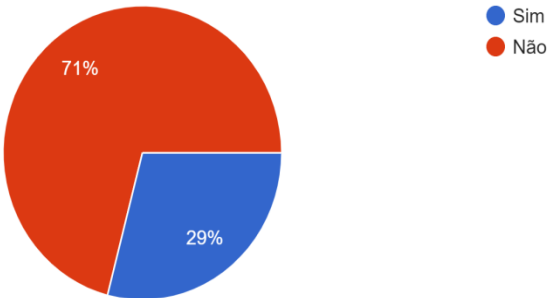


Fonte: O autor.

Em relação à quantidade de empregos, 71% dos participantes, responderam que tem apenas um (Gráfico 15).

Gráfico 15: Quantidades de empregos.

Possui mais de um emprego?
31 respostas



Fonte: O autor.

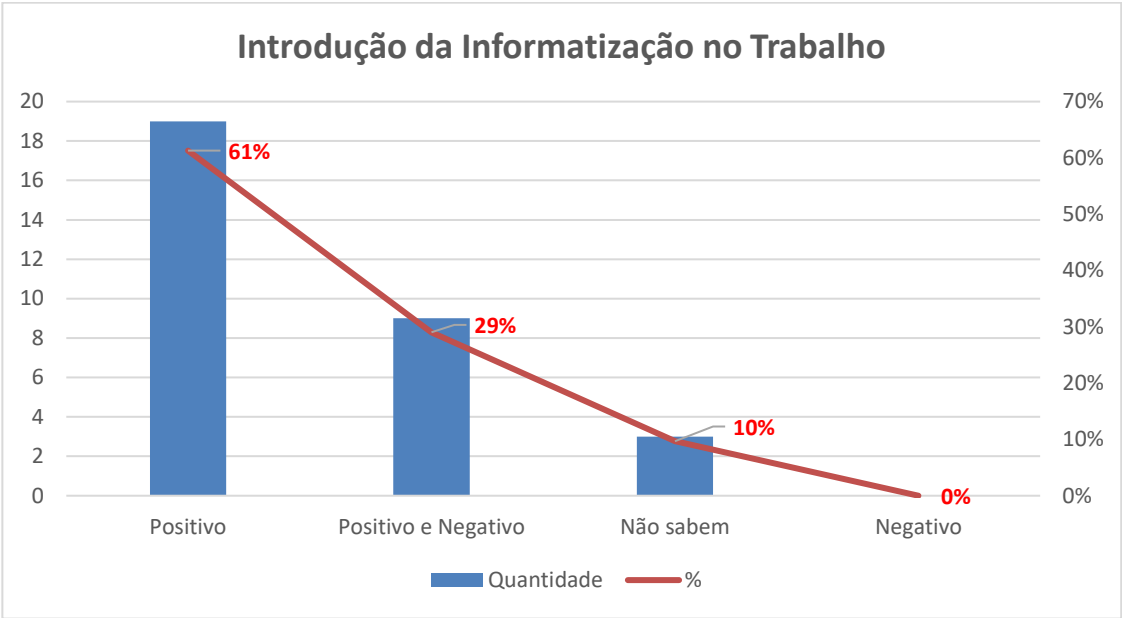
A última questão da pesquisa tem como objetivo descobrir a forma que o entrevistado enxerga a introdução da informatização no seu local de trabalho. As respostas foram divididas em 4 categorias (Gráfico 16). A maioria dos participantes, 61% deles, responderam que enxergam a introdução da informatização como positiva, não havendo aspectos negativos.

Para Colombo e Bazzo (2001), esse paradigma de que quanto mais desenvolvida tecnologicamente é uma sociedade, maior será seu desenvolvimento social, vem sendo quebrado lentamente. Para eles, estudos vêm mostrando os aspectos negativos dessa introdução tecnológica, o que traz a “luz” para esses indivíduos que antes só conseguiam enxergar os aspectos positivos.

Um dos aspectos negativos da introdução da tecnologia no local de trabalho é dado pela gerência científica que se deu por Taylor e por meio das esteiras rolantes

introduzidas por Ford, resultando na separação entre trabalho manual e intelectual, desqualificando o trabalhador, que passa a efetuar tarefas cada vez mais simples e especializadas, tendo seu tempo de trabalho rigorosamente controlado (BRAVERMAN, 1981).

Gráfico 16: Introdução da informatização no trabalho.



Fonte: O autor.

5 CONCLUSÃO

Com a crise nos modelos Taylorista-Fordista que se inicia entre 1960 e 1970, o capital entra em uma crise estrutural na qual precisa se reinventar para continuar seu processo de expansão e recuperação de seu ciclo produtivo. Essa recuperação ocorre mediante aos processos de acumulação flexível, avanço tecnológico e por meio do modelo Toyotista de produção. Essa nova forma de organização capitalista traz diversas consequências no mercado de trabalho, como: intensificação do processo de trabalho, desregulamentação de direitos trabalhistas, precarização, terceirização e diminuição do trabalho visto como improdutivo. Além disso, nessa forma de se organizar, ocorre um desemprego estrutural que se dá principalmente pela substituição de postos de trabalho por sistemas informatizados.

As consequências dessa reestruturação do capital atingem as economias capitalistas em todo o mundo, variando de intensidade de acordo com a resistência da classe trabalhadora e dos movimentos sindicais. No Brasil, as consequências aparecem através dos mais variados ataques a CLT, que visam desregulamentar direitos trabalhistas além de aumentar e facilitar o processo de terceirização e flexibilização no país.

O efeito de todo esse processo atinge também aqueles trabalhadores vistos como mais qualificados, com nível superior de formação, tipo de trabalho que era visto como regulado pelo Estado e com garantias sociais, principalmente durante o período de acumulação Taylorista/Fordista que aconteceu entre 1945 e 1970.

Segundo dados da pesquisa, os cursos aqui analisados são formados em sua grande maioria por pessoas autodeclaradas brancas, 69,2% delas, e que tem entre 18 e 28 anos da idade. A quantidade de homens e mulheres é semelhante, a porcentagem de pessoas do sexo masculino é de 52% enquanto do sexo feminino é de 48%.

Por meio da pesquisa empírica foi possível identificar que 73% dos ingressos e egressos dos cursos de Administração e Administração Pública da UFU que participaram da pesquisa buscam por intermédio do curso superior melhores oportunidades no mercado de trabalho, mas apenas 34,4% destes trabalham em sua área de formação. Além disso, mediante análise de entrevistas, revistas e jornais que discutiam sobre a precarização do trabalho qualificado, foi possível identificar que a dificuldade encontrada por profissionais de atuarem no mercado de trabalho em suas respectivas áreas de formação é cada vez maior, essa dificuldade aumenta ainda mais entre os recém-formados.

Das pessoas que trabalham em sua área de formação, 38,7% tem benefícios como auxílio transporte e auxílio alimentação. O número de autônomos, que são profissionais que prestam serviços sem a existência de um vínculo empregatício, foi de 25,8%. Um

número expressivo, que reflete as consequências das políticas capitalistas voltadas para a flexibilização do trabalho.

Por meio desta pesquisa concluímos que o padrão de acumulação flexível, resultante da crise estrutural do capital, traz inúmeras consequências para o mundo do trabalho, mesmo para aquele trabalho visto como qualificado. E ainda que sendo procurado por muitos indivíduos que buscam maiores oportunidades no mercado de trabalho, os cursos superiores de Administração e Administração Pública oferecidos pela FAGEN, da UFU, em muitas das vezes, não vem atingindo as expectativas profissionais, no quesito conseguir melhores oportunidades de trabalho por meio de um curso superior, de seus ingressos e egressos.

São necessárias mais pesquisas como essa para aumentar a compreensão e o entendimento crítico das consequências do processo de acumulação flexível. Portanto, compreensão das novas formas de controle do capital e das novas formas de trabalho oriundas desse processo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. “A Classe Trabalhadora Hoje e a Nova Morfologia do Trabalho: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor”, IN: Varela, R. (coord). **A Segurança Social é Sustentável**. Lisboa: Bertrand Editora. 2013. p. 337-362.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Caderno Crh, v. 15, n. 37, p. 23-45, 2002.

BAPTISTA, S. G. **Bibliotecário autônomo versus institucionalizado: carreira, mercado de trabalho e comprometimento organizacional**. 1998. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1998.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

COLOMBO, C.R.; BAZZO, W.A. Educação tecnológica contextualizada: ferramenta essencial para o desenvolvimento social brasileiro. **Biblioteca Digital da OEI – Ciência, Tecnologia e Sociedade**, 2002. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/40328677/Educacao_tecnologica-with-cover-page-v2.PDF?Expires=1634074221&Signature=ez53u5rTyQpCsc4p37deMcYOYYkLfirJchW3GZX1-OnntitdHfvxUMhO8QPWNbjuVV4E4UKbYY9DqlWwt2So7Nne9sv-nd0lllMmRzg-ns8BafcEfPLD7W1TpK6l0r~hD1PDAj3RfgIXPP~WEQ-6mR-QX7TR0mO5BiAM6Bz2sH7jDn1meBi6HliEK8lik6mACJ~aEO8wpTan8WsNvurr4M8qvotrTZFLqMTzjcVndIAhGFSBs9Ydy4kdYOARB3q3GQmgDeOUqZyBrAhojGf8gLkoDxwul--VtFcX2h0XQjmDZpwV0UW0zB4twREQF05OuiKRJ8gkSPYJX587gPYBgg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 04 de junho de 2020.

DIOGO, F. Precários Voláteis e Trajetórias de Emprego em Carrossel, o Caso dos Beneficiários do RSI, In: **Forum Sociológico [Online]**, 20 | 2010. Posto online no dia 05 setembro 2012. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/90>. DOI: 10.4000/sociologico.90. Acesso em: 12 agosto de 2019.

FACHIN, P. O proletário digital na era da reestruturação permanente do capital. Entrevista especial com Ricardo Antunes. **Instituto Humanista Unisinos**, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/582010-o-proletario-digital-na-era-da-reestruturacao-permanente-docapital-entrevista-especial-com-ricardo-antunes%201>>. Acesso em: 21 de julho de 2019.

FAGIANI, C. C., PREVITALI, F. S. A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização. **Revista Ciências do Trabalho**. Vol. 3. 2014. p. 53 – 67.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**, Ed. Loyola, São Paulo: Ed. Loyola. 1992.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2011.

LIMA, J. C. O trabalho no Brasil: entre reestruturações e reformas. In: **VII Simpósio Internacional SITRE**, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MACHADO, F. K. S.; GIONGO, C. R.; MENDES, J. M. R. Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social. **Revista Psicologia Política**, v. 16, n. 36, p. 227-240, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200007>. Acesso em: 06 de junho de 2020.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORENO, A. C. Dez carreiras têm quase metade de todos os formados no Brasil desde 2001; G1 terá série de reportagens. **G1**, 1 de jun de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/dez-carreiras-tem-quase-metade-de-todos-os-formados-no-brasil-desde-2001-g1-tera-serie-de-reportagens.html>>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

OLIVEIRA, G.; LIMA, S. Cresce o desemprego entre jovens com qualificação. **Época**, 11 de abril de 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/04/cresce-o-desemprego-entre-jovens-com-qualificacao.html>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

PINTO, V. R. R.; JUNIOR, M. D. M. Uma abordagem histórica sobre o ensino da Administração no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 4, p. 1-28, 2012.

PREVITALI, F. S. O Controle Do Trabalho No Contexto Da Reestruturação Produtiva Do Capital: estudos setoriais. IN: Afonso Scoculglia, et al. **O Controle Do Trabalho No Contexto Da Reestruturação Produtiva Do Capital**. Londrina, PR: Editora CRV, 2011.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 12, n. 4, p. 756-769, 2014.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E TRABALHO TERCEIRIZADO: AS BASES DO CONTROLE DO CAPITAL NO SÉCULO XXI. **REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**, v. 1, n. 1, p. 102-128, 2015. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/8742>>. Acesso em: 11 de jun. de 2020.

PREVITALI, F. S.; SILVA, M. V. Trabalho, educação e sociedade: a formação do trabalhador no âmbito da acumulação do capital. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 33e, p. 92-111, 2009. DOI: 10.20396/rho.v9i33e.8639529. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639529>>. Acesso em: 05 de jun. de 2020.

SILVEIRA, D.; NAIME, L. Desemprego fica em 11,8% em setembro e atinge 12,5 milhões, diz IBGE. **G1**, 31 de out de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/31/desemprego-fica-em-118percent-emsetembro-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

VIDIGAL, L. Desempregado, administrador de empresas procura vaga de servente de pedreiro. **Estado de Minas - Economia**, 26 de jun de 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/06/26/internas_economia,661971/desemprego-salta-e-assusta.shtml>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

APÊNDICE

7.1 Questionário apresentado aos ingressos e egressos dos cursos de Administração e Administração Pública da UFU, envolvendo questões abertas e fechadas.

Seção 1 de 3

Qual o seu nome? – texto de resposta curta

Qual a sua idade? – texto de resposta curta

Qual a sua cor/etnia?

☐ Branco

☐ Amarelo

☐ Pardo

☐ Negro

Onde concluiu o ensino fundamental?

☐ Escola Pública

☐ Escola Privada

Onde concluiu o ensino médio?

☐ Escola Pública

☐ Escola Privada

Cursou ou está cursando o ensino superior?

☐ sim

☐ não

Se a resposta fosse negativa o formulário seria encerrado e enviado.

Seção 2 de 3

FORMAÇÃO E EXPECTATIVA PROFISSIONAL

Seu curso de Administração na FAGEN foi:

☐ Integral

☐ Noturno

☐ Administração Pública

Qual a sua expectativa com a sua formação? – texto de resposta longa

Você trabalha na sua área de formação?

☐ sim

☐ não

Se a resposta fosse negativa o formulário seria encerrado e enviado.

Seção 3 de 3

TIPO DE TRABALHO DESENVOLVIDO

Sobre seu trabalho, assinale: - poderia ser marcada mais de uma opção

☐ CLT 40H

☐ CLT 20H

☐ Contrato temporário regime tempo parcial

☐ Contrato temporário regime tempo integral

☐ Servidor/a público estatutário

☐ Servidor/a público CLT

☐ Autônomo/a

☐ Através de aplicativos, ex: Uber

☐ Possui benefícios (aux transporte, alimentação, saúde)

Possui mais de um emprego?

☐ sim

☐ não

O que acha da introdução da informatização no seu trabalho? Aspectos positivos e negativos. – Texto de resposta longa